

CONTRATO N.º 064/2019 – SAP
PROCESSO N.º 03101082/2019

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM, A SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA – SAP E, DO OUTRO LADO A EMPRESA CERTA SERVIÇOS EMPRESARIAIS E REPRESENTAÇÕES EIRELI ABAIXO QUALIFICADOS, PARA O FIM QUE NELE SE DECLARA.

A SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA – SAP, situada na Rua Tenente Benévolo, 1055, Meireles – 60.160-041 Fortaleza – Ceará, inscrita no CNPJ sob o N° 07.954.530/0001-18, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada pelo Sr. Secretário da Administração Penitenciária, Dr. **LUIS MAURO ALBUQUERQUE ARAÚJO**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 1060924, expedida pela SSP/DF, e do CPF nº 376.714.991-53, e a empresa **CERTA SERVIÇOS EMPRESARIAIS E REPRESENTAÇÕES EIRELI** inscrita no CNPJ sob o nº 07.468.050/0001-47, com sede na Rua Desembargador Waldemar Alves Pereira N° 515, Bairro: Engenheiro Luciano Cavalcante, CEP: 60.810-700, Fone: 3276.4097, Fax: (85) 3276.2536, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato por sua Representante Legal Sra. **MARINALVA LIMA PEREIRA**, portadora do RG sob o nº 2002010249637 SSP/CE e CPF sob o nº 367.200.383-20, residente e domiciliada em Fortaleza/CE, têm entre si justa e acordada a celebração do presente contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO

1.1. O presente contrato tem como fundamento o edital do Pregão Presencial nº 20190017/SAP e seus anexos, os preceitos do direito público, e a Lei Federal nº 8.666/1993, com suas alterações, e, ainda, outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E A PROPOSTA

2.1. O cumprimento deste contrato está vinculado aos termos do edital do Pregão Presencial nº 20190017/SAP e seus anexos, e à proposta da CONTRATADA, os quais constituem parte deste instrumento, independente de sua transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

3.1. Contratação de empresa na prestação de serviços de mão de obra terceirizada, cujos empregados sejam regidos pela Consolidação das Leis Trabalhista (CLT), para atender as necessidades da área da Saúde do Centro de Triagem e Observação Criminológica – CTOC, da Coordenadoria Especial da Administração Penitenciária – CEAP, da Coordenadoria de Execução da Saúde Prisional – CESAP, da Secretaria da Administração Penitenciária – SAP, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Anexo I – Termo de Referência do edital e na proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL E REGIME DE EXECUÇÃO


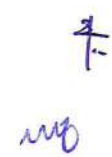
- 4.1. Os serviços, objeto deste contrato serão realizados nas dependências do Centro de Triagem e Observação Criminológica – CTOC, localizado na BR 116, km 27, Aquiraz/CE, CEP: 61.700-000 e na Sede da Secretaria da Administração Penitenciária – SAP, na Rua Tenente Benévolo, 1055, Meireles.
- 4.2. O objeto será executado na forma de execução indireta sob o regime de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E REAJUSTAMENTO

- 5.1. O Valor Contratual Global importa na quantia de R\$ 8.477.665,68 (oito milhões quatrocentos e setenta e sete mil seiscentos e sessenta e cinco reais e sessenta e oito centavos).
- 5.2. O preço ofertado em função da taxa de administração será irredutível.
- 5.3. Quando da repactuação salarial das categorias através de Convenção Coletiva de Trabalho, será feito o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- 5.4. Não poderão ser repassados aos custos do contrato os reajustes salariais espontâneos ou aquelas decorrentes de acordos coletivos de trabalho ou convenções coletivas realizadas fora da data base da categoria.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

- 6.1. O pagamento será efetuado até 10º(décimo) dia útil do mês subsequente da data da apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo gestor da contratação, mediante crédito em conta corrente em nome da contratada, exclusivamente no Banco Bradesco S/A, conforme Lei nº 15.241, de 06 de dezembro de 2012.
- 6.1.1. A nota fiscal/fatura que apresente incorreções será devolvida à CONTRATADA para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigida.
- 6.2. Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA, em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 6.3. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações do anexo I do edital do Pregão Presencial nº20190017/SAP.
- 6.4. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.
- 6.4.1. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.
- 6.5. Os pagamentos encontram-se ainda condicionados à apresentação dos seguintes comprovantes:



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Administração Penitenciária

6.5.1. Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa de Débitos Estaduais; Certidão Negativa de Débitos Municipais; Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

6.6. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia, autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial. Caso a documentação tenha sido emitida pela internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes da contratação serão provenientes dos recursos:

2757-18100002.14.122.004.23010.03.33903700.1.00.00.0.30

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

8.1. O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir da sua assinatura, na forma do parágrafo único, do art. 61, da Lei Federal nº 8.666/1993, podendo ser prorrogado nos termos do que dispõe o art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993, por ser considerado pela CONTRATANTE, serviço de natureza contínua.

CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA CONTRATUAL

9.1. A garantia prestada, de acordo com o estipulado no edital, será restituída e/ou liberada após o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, conforme dispõe o § 4º, do art. 56, da Lei Federal nº 8.666/1993. Na ocorrência de acréscimo contratual de valor, deverá ser prestada garantia proporcional ao valor acrescido, nas mesmas condições inicialmente estabelecidas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Executar o objeto em conformidade com as condições contratuais.

10.2. Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.3. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os percentuais de acréscimos ou supressões limitados ao estabelecido no §1º, do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/1993, tomando-se por base o valor contratual.

10.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, não podendo ser arguido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato da contratante proceder à fiscalização ou acompanhar a execução do contrato.

10.5. Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado para execução do contrato.

Assinatura

Assinatura

- 10.6. Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratante, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 10.7. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização da contratante.
- 10.8. Responsabilizar-se integralmente pela observância do dispositivo no Título II, Capítulo V, da CLT, e na Portaria n.º 3.460/77, do Ministério do Trabalho, relativos a segurança e higiene do trabalho, bem como a Legislação correlata em vigor a ser exigida.
- 10.9. Apresentar mensalmente junto à contratante no prazo máximo de cinco dias úteis subsequente ao término dos serviços prestados, as folhas de pagamentos e as guias de recolhimentos dos encargos sociais exigidos em legislação vigente, em que se comprove a inclusão de empregados utilizados nos serviços contratados, os quais não terão, em tempo algum, durante o período contratual, nenhum vínculo empregatício com a contratante ou com o Governo do Estado do Ceará, sendo também de responsabilidade da contratada, o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação dos serviços contratados, inclusive as contribuições previdenciárias fiscais e parafiscais, (FGTS, PIS, EMOLUMENTOS, SEGUROS DE ACIDENTES DE TRABALHO e outros previstos em lei), ficando excluída qualquer solidariedade da contratante por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais, uma vez que a inadimplência da contratada com referência às suas obrigações não se transfere a contratante. Em nenhuma hipótese, e sob qualquer pretexto, poderá a contratada vincular pagamentos de sua responsabilidade, inclusive os devidos a seus empregados, aos pagamentos a ela devidos pela contratante.
- 10.10. Apresentar a contratante no prazo mínimo de 30 (trinta) dias, antes do período de gozo, a escala de férias dos empregados que estiverem à sua disposição da Contratante, para ser analisada e aprovada pela Célula de Gestão de Contratos Terceirizados – CGCT/SAP, bem como fazer suas reposições com as mesmas características profissionais daqueles beneficiados por férias ou licenças.
- 10.11. Instalar em prazo máximo de 60 (sessenta) dias, escritório com toda a infraestrutura adequada, em Fortaleza ou Região Metropolitana.
- 10.12. Disponibilizar vaga destinada ao cumprimento da Lei nº 15.854/2015, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 32.042/2016, respectivamente na função de Técnico em Saúde Bucal, na sede da Coordenadoria de Inclusão Social do Preso e do Egresso – CISPE/SAP, atendendo a(s) qualificação(ções) exigida(s) no item 4 do Anexo I – Termo de Referência.
- 10.13. Encaminhar mensalmente, respectivamente, à CISPE/SAP, a folha de frequência dos presos contemplados com a reserva de vagas.
- 10.14. Assumir total responsabilidade pelos encargos administrativos, tais como: controle de frequência, ausências permitidas, licenças autorizadas, promoções, férias, punições, admissões, demissões, transferências, como também por todas as obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias, inclusive a responsabilidade decorrente de acidentes, indenizações e seguros.
- 10.15. Apresentar a CONTRATANTE, através de ofício, a relação dos empregados que executarão os serviços, procedendo de igual forma nos casos de substituições;



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Administração Penitenciária

10.16. Fornecer através de ofício para Administração da Coordenadoria de Gestão de Pessoas – COGEP/SAP, até o primeiro faturamento os dados bancários (nome do banco, agência, número de conta-corrente) de todos os empregados que prestarão serviços a SAP.

10.17. Fornecer aos funcionários cartão de identificação, fardamento e Equipamentos de Proteção Individual – EPI's, que se façam necessários em virtude das atividades desempenhadas, conforme disposto em legislação pertinente, até o final da primeira quinzena do início do contrato, e em caso de prorrogação do contrato.

10.18. Efetuar o pagamento do salário dos funcionários até o 5.º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido, através de depósito bancário na conta do trabalhador, bem como recolher no prazo legal os encargos decorrentes da contratação, independente do recebimento de suas faturas junto à CONTRATANTE, encaminhando o relatório de crédito em conta-corrente emitido, assinado e datado pelo Banco.

10.19. Entregar aos empregados que prestam serviço à CONTRATANTE até o primeiro dia útil do mês subsequente ao vencido, todos os vales-alimentação, vales-transporte e cesta básica, não sendo permitida a entrega parcelada.

10.20. Pagar as diárias aos seus funcionários, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar do recebimento por fax, e-mail ou qualquer outro meio formal de solicitação realizada pela Administração da COGEP/SAP.

10.21. Creditar o pagamento referente às férias dos empregados terceirizados até 2 (dois) dias antes do início do gozo das férias, conforme as normas previstas na CLT.

10.22. Pagar ao(s) funcionário (s) a (s) rescisão (ões) de Contrato (s) efetuado (s), no mês dos serviços faturados, assinada (s) pelo (s) empregado (s) e pelo sindicato da categoria, conforme o caso.

10.23. Encaminhar à CONTRATANTE, sob protocolo, até o 5º (cinco) dia útil do mês subsequente ao vencido, as faturas relativas aos serviços MENSALMENTE prestados, acompanhadas dos comprovantes de vale-alimentação, vale-transporte e cesta básica, para fins de conferência e atesto.

10.24. As rescisões dos contratos do mês anterior ao faturado, deverão ser encaminhadas à CONTRATANTE em documento original ou cópia autenticada em cartório.

10.25. Cumprir as determinações da SAP em relação às suas políticas de segurança;

10.26. Não veicular publicidade a cerca do contrato, salvo se houver prévia autorização da Contratante.

10.27. Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente o serviço sem autorização expressa da CONTRATANTE.

10.28. Responsabilizar-se e arcar com os ônus decorrentes de todas as reclamações e/ou ações judiciais ou extrajudiciais de culpa ou dolo da CONTRATADA e que possam ser alegados, por terceiros contra a CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Solicitar a execução do objeto à CONTRATADA através da emissão de Ordem de Serviço.



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Administração Penitenciária

- 11.2. Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do Termo Contratual, inclusive com o fornecimento de equipamentos e materiais, consoante estabelece a Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações.
- 11.3. Fiscalizar o objeto deste contrato através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da CONTRATADA, que atenderá ou justificará de imediato.
- 11.4. Notificar a CONTRATADA, de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual.
- 11.5. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA nas condições estabelecidas neste contrato.
- 11.6. Determinar o horário da realização dos serviços podendo ser variável em cada local e passível de alteração, conforme conveniência da CONTRATANTE com observância das leis trabalhistas.
- 11.7. Solicitar que a CONTRATADA realize treinamento específico a fim de atender interesse exclusivo da Administração, permanecendo a responsabilidade primária da CONTRATADA em manter a especialização e qualidade dos serviços licitados.
- 11.8. Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.
- 11.9. Reembolsar a CONTRATADA os valores decorrentes de pagamentos de diárias, devidamente comprovados, em caso de indispensável deslocamento de funcionário da CONTRATADA a serviço em outra localidade diferente da sua lotação, na forma e condições estabelecidas na legislação pertinente e no valor estabelecido na Convenção/Dissídios coletivos de trabalho da categoria profissional respectiva.
- 11.10. Reembolsar à CONTRATADA os valores de despesas, devidamente comprovadas, decorrentes de pagamentos de horas extras, quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA POLÍTICA DE SEGURANÇA

- 12.1. Cumprir as determinações da política de segurança da CONTRATANTE, no que couber:
- 12.1.1. Obedecer às normas, aos padrões, às rotinas e à metodologia da CONTRATANTE, em especial às que integram as Diretrizes e Normas de Segurança da Informação da CONTRATANTE, bem como às que disserem respeito à segurança e confiabilidade dos procedimentos físicos de armazenamento e transporte dos documentos e arquivos magnéticos.
- 12.1.2. Manter sigilo absoluto quanto às informações contidas nos documentos ou recursos manipulados por seus empregados, especialmente quanto àqueles a serem digitados e/ou processados, dedicando especial atenção à sua guarda.
- 12.1.3. Assumir inteira responsabilidade pelo uso indevido ou ilegal de informações privilegiadas da CONTRATANTE, através do manuseio de sistemas e manipulação de dados, praticado por seus empregados.
- 12.1.4. Responder pelas perdas, reproduções indevidas e/ou adulterações que porventura venham a ocorrer nos documentos e arquivos magnéticos durante o período em que estes estiverem sob sua guarda.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FISCALIZAÇÃO

13.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada pelo Sr. MANOEL RODRIGUES VIDAL, matrícula nº472576-1-1, especialmente designado para este fim pela contratante, de acordo com o estabelecido no art. 67, da Lei Federal nº 8.666/1993, doravante denominado simplesmente de GESTOR.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. No caso de inadimplemento de suas obrigações, a CONTRATADA estará sujeita, sem prejuízo das sanções legais nas esferas civil e criminal, às seguintes penalidades:

14.1.1. Multas, estipuladas na forma a seguir:

a) Multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia.

b) Multa diária de 0,3% (três décimos por cento), no caso de atraso na execução do objeto contratual até o 30º (trigésimo) dia, sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente.

c) Multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento), no caso de atraso na execução do objeto contratual superior a 30 (trinta) dias, sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente. A aplicação da presente multa exclui a aplicação da multa prevista na alínea anterior.

d) Multa diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente, em caso de descumprimento das demais cláusulas contratuais, elevada para 0,3% (três décimos por cento) em caso de reincidência.

e) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, no caso de desistência da execução do objeto ou rescisão contratual não motivada pela CONTRATANTE.

14.1.2. Impedimento de licitar e contratar com a Administração, sendo, então, descredenciado no cadastro de fornecedores da Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG), do Estado do Ceará, pelo prazo máximo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento e das demais cominações legais.

14.2. Se não for possível o pagamento da multa por meio de desconto dos créditos existentes, a CONTRATADA recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do órgão CONTRATANTE. Se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

14.3. Nenhuma sanção será aplicada sem garantia da ampla defesa e contraditório, na forma da lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

15.1. A contratada deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Administração Penitenciária

- a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) "prática conluída": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) "prática coercitiva": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) "prática obstrutiva":

(1) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nesta cláusula;

(2) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

15.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, conluídas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

15.3. Considerando os propósitos dos itens acima, a contratada deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

15.4. O contratante, garantida a prévia defesa, aplicará as sanções administrativas pertinentes, previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, se comprovar o envolvimento de representante da empresa ou da pessoa física contratada em práticas corruptas, fraudulentas, conluídas ou coercitivas, no decorrer da licitação ou na execução do contrato financiado por organismo financeiro multilateral, sem prejuízo das demais medidas administrativas, criminais e cíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

16.1. A inexecução total ou parcial deste contrato e a ocorrência de quaisquer dos motivos constantes no art. 78, da Lei Federal nº 8.666/1993 será causa para sua rescisão, na forma do art. 79, com as consequências previstas no art. 80, do mesmo diploma legal.

16.2. Este contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo pela CONTRATANTE, mediante aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, nos casos das rescisões decorrentes do previsto no inciso



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Administração Penitenciária

XII, do art. 78, da Lei Federal nº 8.666/1993, sem que caiba à CONTRATADA direito a indenização de qualquer espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – CONDIÇÃO RESOLUTIVA

17.1. A presente contratação será realizada com condição resolutiva, em razão de decisão judicial, Processo nº. 0628101-92.2019.8.06.0000-TJ/CE.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1. Fica eleito o Foro do município Fortaleza, capital do Estado do Ceará, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa.

E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente contrato, que está visado pela Assessoria Jurídica da CONTRATANTE, e do qual se extraíram 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Fortaleza, 02 de SETEMBRO de 2019.


LUIS MAURO ALBUQUERQUE ARAÚJO
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA


MARINALVA LIMA PEREIRA
CERTA SERVIÇOS EMPRESARIAIS E REPRESENTAÇÕES EIRELI


MANOEL RODRIGUES VIDAL
GESTOR DO CONTRATO

Visto:


MARIANA JUSTA FURTADO MAIA
COORDENADORA DA ASSESSORIA JURÍDICA/SAP

TESTEMUNHAS:

1. Isabela Jéssica O.P. Mesquita

2. _____

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº481/2019, DATADO DE 03 DE SETEMBRO DE 2019

Nº	NOME	MATRÍCULA	PROCESSOS VIPROC
1.	DANIELLE CARVALHO DE ARAUJO PEIXOTO	47246318	05193650/2019
2.	EDVANIA MARIA DA SILVA JIOMSI	47247217	05193650/2019
3.	JUSCELINO BEZERRA DA SILVA	30042816	05445145/2019
4.	FRANCISCO LAZARO MELO FREIRES	4729391X	05445145/2019
5.	DOMENICO DALLA VALLI FRANCFLINO	47289416	05445145/2019
6.	CARLOS DIEGO DA SILVA MOTA	43090437	05445145/2019
7.	CAIO VINICIO FAÇANHA DA PAZ	43096362	05253904/2019
8.	JENILDO LEAL DE CARVALHO SANTOS	43096451	05253670/2019
9.	MAYKON WILLAMY DE ALBUQUERQUE MARTINS	47332516	06049626/2019
10.	ITALO LEITE TAVARES	30023416	06049626/2019
11.	JASPION BRASILEIRO DANTAS GARCIA	43089803	06049626/2019
12.	ISNARDE LEITE ALVES	47336813	06049626/2019
13.	JOSE RODRIGO DA SILVA	30058712	06049626/2019
14.	ANTUNES GOMES BRITO	47320615	05716203/2019
15.	PAULO CESAR FERREIRA DOS SANTOS	47259916	05716203/2019
16.	TIAGO MONTEIRO DA SILVA	47263018	05716203/2019
17.	VINICIUS DE FREITAS SILVA	47350514	05716203/2019
18.	JESAIAS ALVES LOPES	43099949	04559457/2019
19.	ANDRE LUIS BEZERRA DA SILVA	47285712	03958854/2019
20.	MARIA ALICE DOS SANTOS CARNEIRO	43099825	04075522/2019
21.	MARIA GLEICIANE LIMA	43099870	04075522/2019
22.	MATEUS CANTUÁRIO DIAS	43088238	03960352/2019
23.	HENDERSON SANTOS DE CASTRO GALVAO	43103377	03959354/2019
24.	MAZONY DA COSTA NETO	43102834	03959354/2019
25.	ROGIS DURVAL FRADE DE LACERDA	43103164	03959354/2019
26.	AQUILA SOUSA LIMA DE OLIVEIRA	30057511	04787751/2019
27.	JOSE EDIPO ANDRADE BARBOSA	47345111	02068723/2019
28.	ANTONIO PINTO DO NASCIMENTO FILHO	47338816	02068723/2019
29.	FRED LUIS AMARO DA COSTA	47252415	02068723/2019
30.	RAFAEL HOLANDA FERREIRA	30093917	02068723/2019
31.	JONAS REGIS NETO	43088858	02068723/2019
32.	FLIZANGELA DE ALBUQUERQUE BATISTA	47347610	02068723/2019
33.	MICHEL DE OLIVEIRA BELFORT	47305918	02068723/2019

PORTARIA Nº482/2019 - O SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE ELOGIAR** os **SERVIDORES** do cargo de Agente Penitenciário, constantes nos processos VIPROC relacionados no Anexo Único desta Portaria, em virtude dos mesmos haverem doado sangue voluntariamente, em plena folga, não prejudicando os trabalhos, conforme Declaração dos Órgãos / Hemocentros. Cumprido assim, suas atribuições humanitárias e social, engrandecendo de forma exemplar o nome desta Secretaria. SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 03 de setembro de 2019.

Luis Mauro Albuquerque Araujo
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº482/2019, DATADO DE 03 DE SETEMBRO DE 2019

Nº	NOME	MATR.	CARGO	VIPROC
1	FRANCISCO JOSÉ DA SILVA	125784-1-5	AGP	06782579/2019
2	EMANUELLE MARIA FERNANDES PEREIRA	473423-1-7	AGP	06775009/2019
3	PAULO CESAR ARAUJO CASTRO	472597-1-1	AGP	03937083/2019
4	CARLA ISRAELE MOREIRA GOMES DA SILVA	472817-1-7	AGP	07360945/2019
5	TIAGO DAS CHAGAS FERREIRA	300965-1-7	AGP	06030453/2019
6	CLEUTON BARROS DA COSTA	300512-1-1	AGP	07153931/2019
7	SAULO COSTA BRASIL	473106-1-X	AGP	07153818/2019
8	ROBSON CAMPOS GIRAÓ	473173-1-2	AGP	03957521/2019

EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº043/2018

I - ESPÉCIE: SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 043/2018; II - CONTRATANTE: A SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA - SAP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.954.530/0001-18, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada por seu Secretário, Dr. LUIS MAURO ALBUQUERQUE ARAUJO; III - ENDEREÇO: sediada nesta Capital, na Rua Tenente Benévolo, nº 1055, bairro Meireles, CEP: 60.160-040.; IV - CONTRATADA: empresa **EUROSERV BUSINESS & NEGÓCIOS TERCEIRIZADOS EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº 35.014.448/0001-49, Fone: (85) 3099.8900, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato por PEDRO TIAGO RAMALHO DE LEMOS; V - ENDEREÇO: com sede na Av. Antônio Sales, nº 2255, sala 106/107, Dionísio Torres, em Fortaleza/CE, CEP: 60.135-102; VI - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente Termo Aditivo fundamenta-se nas normas do inciso art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993 e, suas alterações, nas cláusulas e condições do Contrato nº. 043/2018 e nos termos que constam nos autos do Processo nº 06983922/2019.; VII - FORO: Fica eleito o Foro do município de Fortaleza do Estado do Ceará, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa.; VIII - OBJETO: Constitui objeto do presente instrumento a **PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 043/2018**, referente à prestação de serviços de mão de obra terceirizada, cujos empregados sejam regidos pela CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS (CLT), para atender as necessidades da área jurídica da sede e unidades prisionais do Sistema Penitenciário da Secretaria da Administração Penitenciária, localizadas na cidade de Fortaleza, Região Metropolitana de Fortaleza e no interior do Estado.; IX - VALOR GLOBAL: O custo anual do presente Aditivo é de R\$ 2.576.954,16 (dois milhões quinhentos e setenta e seis mil novecentos e cinquenta e quatro reais e dezesseis centavos), a ser pago em 12 (doze) parcelas mensais de R\$ 214.746,18 (duzentos e catorze mil setecentos e quarenta e seis reais e dezesseis centavos), em decorrência do período prorrogado, estipulado na Cláusula Terceira, deste Termo. (Despacho, fls. 40, Processo nº. 06983922/2019/SPU); X - DA VIGÊNCIA: Pelo presente instrumento fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato nº. 043/2018/SAP, por 12 (doze) meses, ou seja, pelo período de 03 de setembro de 2019 a 02 de setembro de 2020, conforme Análise de Prorrogação Contratual da COSET/SEPLAG, fls. 37/38, dos autos do Processo nº. 06983922/2019/SAP.; XI - DA RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas e condições do Contrato nº. 043/2018, não expressamente modificadas neste Instrumento.; XII - DATA: 02 de setembro de 2019; XIII - SIGNATÁRIOS: LUIS MAURO ALBUQUERQUE ARAUJO, SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA; PEDRO TIAGO RAMALHO DE LEMOS, EUROSERV BUSINESS & NEGÓCIOS TERCEIRIZADOS EIRELI e MANOEL RODRIGUES VIDAL, GESTOR DO CONTRATO.

Mariana Justa Furtado Maia
COORDENADORA DA ASSESSORIA JURÍDICA

EXTRATO DE CONTRATO
Nº DO DOCUMENTO 064/2019

CONTRATANTE: A SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA - SAP, situada na Rua Tenente Benévolo, 1055, Meireles - 60.160-041 Fortaleza - Ceará, inscrita no CNPJ sob o nº 07.954.530/0001-18, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada pelo Sr. Secretário da Administração Penitenciária, Dr. LUIS MAURO ALBUQUERQUE ARAUJO CONTRATADA: empresa **CERTA SERVIÇOS EMPRESARIAIS E REPRESENTAÇÕES EIRELI** inscrita no CNPJ sob o nº 07.468.050/0001-47, com sede na Rua Desembargador Waldemar Alves Pereira Nº 515,



Bairro: Engenheiro Luciano Cavalcante, CEP: 60.810-700, Fone: 3276.4097, Fax: (85) 3276.2536, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato por sua Representante Legal Sra. MARINALVA LIMA PEREIRA. OBJETO: **Contratação de empresa na prestação de serviços de mão de obra terceirizada**, cujos empregados sejam regidos pela Consolidação das Leis Trabalhista (CLT), para atender as necessidades da área da Saúde do Centro de Triagem e Observação Criminológica - CTCO, da Coordenadoria Especial da Administração Penitenciária - CEAP, da Coordenadoria de Execução da Saúde Prisional - CESAP, da Secretaria da Administração Penitenciária - SAP, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Anexo I - Termo de Referência do edital e na proposta da CONTRATADA. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente contrato tem como fundamento o edital do Pregão Presencial nº 20190017/SAP e seus anexos, os preceitos do direito público, e a Lei Federal nº 8.666/1993, com suas alterações, e, ainda, outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto. FORO: Fica eleito o Foro do município Fortaleza, capital do Estado do Ceará, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa. VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir da sua assinatura, na forma do parágrafo único, do art. 61, da Lei Federal nº 8.666/1993, podendo ser prorrogado nos termos do que dispõe o art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993, por ser considerado pela CONTRATANTE, serviço de natureza contínua. VALOR GLOBAL: R\$ 8.477.665,68 (oito milhões quatrocentos e setenta e sete mil seiscentos e sessenta e cinco reais e oito centavos), pagos em até 10º (décimo) dia útil do mês subsequente da data da apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo gestor da contratação, mediante crédito em conta corrente em nome da contratada, exclusivamente no Banco Bradesco S/A, conforme Lei nº 15.241, de 06 de dezembro de 2012. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2757-18100002.14.122.004.23010.03.33903700.1.00.00.0.30. DATA DA ASSINATURA: 02 de setembro de 2019 SIGNATÁRIOS: LUIS MAURO ALBUQUERQUE ARAÚJO, SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA; MARINALVA LIMA PEREIRA, CERTA SERVIÇOS EMPRESARIAIS E REPRESENTAÇÕES EIRELI e MANOEL RODRIGUES VIDAL, GESTOR DO CONTRATO.

Mariana Justa Furtado Maia
COORDENADORA DA ASSESSORIA JURÍDICA

***** EXTRATO DE CONTRATO Nº DO DOCUMENTO 065/2019

CONTRATANTE: A SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA - SAP, situada na Rua Tenente Benévolo, 1055, Meireles - 60.160-041 Fortaleza - Ceará, inscrita no CNPJ sob o nº 07.954.530/0001-18, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada pelo (a) Sr (a) Secretário(a) da Administração Penitenciária, Dr. LUIS MAURO ALBUQUERQUE ARAÚJO CONTRATADA: empresa ATITUDE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA EIRELI inscrita no CNPJ sob o nº 09.019.150/0001-11, com sede na Rua Catão Mamede, nº 217, Bairro Aldeota, em Fortaleza-CE, CEP: 60.140-110, Fone: (85) 3099-9313, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato por PAULO ARAGÃO DE ALMEIDA FILHO. OBJETO: **Contratação de empresa na prestação de serviços de mão de obra terceirizada**, cujos empregados sejam regidos pela Consolidação das Leis Trabalhista (CLT), para atender as necessidades da área de Processamento de Dados e de Associação e Conservação do Centro de Triagem e Observação Criminológica - CTCO, da Coordenadoria Especial da Administração Penitenciária - CEAP, através das Unidades Prisionais localizadas na Região Metropolitana de Fortaleza e Interior do Estado, da Secretaria da Administração Penitenciária - SAP, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Anexo I - Termo de Referência do edital e na proposta da CONTRATADA. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente contrato tem como fundamento o edital do Pregão Presencial nº 20190017/SAP e seus anexos, os preceitos do direito público, e a Lei Federal nº 8.666/1993, com suas alterações, e, ainda, outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto. FORO: Fica eleito o Foro do município Fortaleza, capital do Estado do Ceará, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa. VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir da sua assinatura, na forma do parágrafo único, do art. 61, da Lei Federal nº 8.666/1993, podendo ser prorrogado nos termos do que dispõe o art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993, por ser considerado pela CONTRATANTE, serviço de natureza contínua. VALOR GLOBAL: R\$ 4.856.578,08 (quatro milhões oitocentos e cinquenta e seis mil quinhentos e setenta e oito reais e oito centavos), pagos em até 10º (décimo) dia útil do mês subsequente da data da apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo gestor da contratação, mediante crédito em conta corrente em nome da contratada, exclusivamente no Banco Bradesco S/A, conforme Lei nº 15.241, de 06 de dezembro de 2012. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2757-18100002.14.122.004.23010.03.33903700.1.00.00.0.30.2889-18100002.14.122.004.23011.09.33903700.1.00.00.0.30.2905-18100002.14.122.004.23011.10.33903700.1.00.00.0.30.2918-18100002.14.122.004.23011.12.33903700.1.00.00.0.30.2869-18100002.14.122.004.23011.04.33903700.1.00.00.0.30.2911-18100002.14.122.004.23011.11.33903700.1.00.00.0.30. DATA DA ASSINATURA: 02 de setembro de 2019 SIGNATÁRIOS: LUIS MAURO ALBUQUERQUE ARAÚJO, SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA; PAULO ARAGÃO DE ALMEIDA FILHO, ATITUDE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA EIRELI e MANOEL RODRIGUES VIDAL, GESTOR DO CONTRATO.

Mariana Justa Furtado Maia
COORDENADORA DA ASSESSORIA JURÍDICA

EXTRATO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº063/2019
LOCADORA: Sra. IDALINA SAMPAIO MUNIZ GOMES DE MATOS, brasileira, casada, comerciante, portadora do CPF/MF nº 311.522.603-91. LOCATÁRIA: A SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.954.530/0001-18, com sede na Rua Tenente Benévolo, nº. 1055, Bairro Meireles, CEP: 60.160.041, Fortaleza-CE, neste ato representada pelo Dr. LUIS MAURO ALBUQUERQUE ARAÚJO. OBJETO: Constitui objeto deste Contrato a **locação do imóvel (galpões 03 e 04)**, situado na rua Gentilândia, nº 203, bairro Jangurussu, Fortaleza - CE, destinado à instalação do almoxarifado central da Secretaria da Administração Penitenciária - SAP, em conformidade com Laudo de Avaliação Superintendência de Obras Públicas - SOP/CE - AV-0610. VALOR GLOBAL: O aluguel mensal da locação referente aos 2 (dois) galpões 3 e 4, importa na quantia de R\$14.000,00 (quatorze mil reais) em conformidade com o Laudo da SOP/CE, fls.08 e, na proposta da Contratada, fls.27, dos autos do processo em epígrafe, perfazendo o valor global contratual R\$168.000,00 (cento e sessenta e oito mil reais). - sujeito a reajuste anual, segundo a variação do índice econômico Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M). DESTINAÇÃO: destinado à instalação do almoxarifado central da Secretaria da Administração Penitenciária - SAP. DATA DA ASSINATURA: 09 de AGOSTO DE 2019. ASSINANTES: LUIS MAURO ALBUQUERQUE ARAÚJO SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA - SAP LOCATÁRIO IDALINA SAMPAIO MUNIZ GOMES DE MATOS - LOCADORA E MARIA GORETH GOMES DE LIMA, GESTORA DO CONTRATO.

Mariana Justa Furtado Maia
COORDENADORA DA ASSESSORIA JURÍDICA

***** PRIMEIRO ADITIVO AO TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº002/2019

PERMITENTE: A SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.954.530/0001-18, com sede na Rua Tenente Benévolo, nº. 1055, Meireles, CEP: 60.160-040, em Fortaleza (CE), doravante denominada PERMITENTE, neste ato representado por seu Secretário, LUIS MAURO ALBUQUERQUE ARAÚJO; PERMISSIONÁRIA: empresa YPIÓCA INDUSTRIAL DE BEBIDAS S.A., "Sociedade", com sede no Município de Messejana, Estado do Ceará, na Avenida Washington Soares, nº 1280, CEP nº 60.810-350, CNPJ nº 15.209.980/00001-04, neste ato representado por JIMMY CHARLES DE LIMA ABREU, brasileiro, portador da Cédula de Identidade sob o nº 91002202887 SSP-CE, inscrito no CPF/MF sob nº 738.248.793-87 doravante denominada PERMISSIONÁRIA; FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente Termo Aditivo fundamenta-se: a) Nos termos das cláusulas e condições do Termo de Permissão de Uso Nº 002/2019; b) No edital Chamamento Público nº001/2018 e seus anexos; c) Nos termos que constam no Processo nº04898340/2019/SAP. FORO: Fica eleito o Foro do município de Fortaleza, capital do Estado do Ceará, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa. OBJETO: Pelo presente Termo fica **ALTERADA a Cláusula Primeira do Termo de Permissão de Uso Nº 002/2019** que trata da permissão de uso do espaço dentro da unidade prisional Instituto Penal Feminino Des. Auri Moura Costa - IPF, no que tange ao número de contratação da mão de obra de internos: Onde se lê: 1.1. O presente Termo tem por objeto PERMISSÃO DE USO PELA PERMISSIONÁRIA DO ESPAÇO N.º 2(DOIS), MEDINDO 51,24m² (CINQUENTA E UM VÍRGULA VINTE E QUATRO METROS QUADRADOS) DENTRO DA UNIDADE PRISIONAL INSTITUTO PENAL FEMININO DESA. AURI MOURA COSTA - IPF, COM A CONTRATAÇÃO DA MÃO DE OBRA DE 100 (CEM) INTERNOS DO SISTEMA PRISIONAL NOS TERMOS DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2018 E NA PROPOSTA DA PERMISSIONÁRIA. Leia-se: 1.1. O presente Termo tem por objeto PERMISSÃO DE USO PELA PERMISSIONÁRIA DO ESPAÇO N.º 2(DOIS), MEDINDO 51,24m² (CINQUENTA E UM VÍRGULA VINTE E QUATRO METROS QUADRADOS) DENTRO DA UNIDADE PRISIONAL INSTITUTO PENAL FEMININO DESA. AURI MOURA COSTA - IPF, COM A CONTRATAÇÃO DA MÃO DE OBRA DE ATÉ 30 (TRINTA) INTERNOS DO SISTEMA PRISIONAL NOS TERMOS DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2018 E NA PROPOSTA DA PERMISSIONÁRIA. VIGÊNCIA: O presente Termo de Aditivo terá vigência a partir de sua assinatura. DATA DA ASSINATURA: 02 DE SETEMBRO DE 2019. SIGNATÁRIOS: LUIS MAURO ALBUQUERQUE ARAÚJO, SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA; JIMMY CHARLES DE LIMA ABREU, YPIÓCA INDUSTRIAL DE BEBIDAS S.A. E ALEXANDRE PEREIRA PIJAJÁ, COORDENADORA DE INCLUSÃO SOCIAL DO PRESO E DO EGRESSO. SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA, em Fortaleza, 02 de setembro de 2019.

Mariana Justa Furtado Maia
COORDENADORA DA ASSESSORIA JURÍDICA

SECRETARIA DAS CIDADES

EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº007/CIDADES/2018
I - ESPÉCIE: QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 007/ CIDADES/2018, CELEBRADO ENTRE O ESTADO DO CEARÁ, ATRAVÉS DA SECRETARIA DAS CIDADES E A CONSTRUTORA CETRO LTDA; II - CONTRATANTE: O ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DAS CIDADES, com a intervenção da SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS - SOP; III - ENDEREÇO: Avenida General Afonso Albuquerque Lima, s/n, Edifício SEPLAG - 1º Andar, Centro Administrativo Governador Virgílio Távora - CAMBÉBA, Fortaleza-CE;



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Administração Penitenciária

OFÍCIO ASJUR Nº 311/2019

Fortaleza (CE), 09 de setembro de 2019

V. Sra.

MARINALVA LIMA PEREIRA

CERTA SERVIÇOS EMPRESARIAIS E REPRESENTAÇÕES EIRELI

Rua Desembargador Waldemar Alves Pereira, nº515 – Eng. Luciano Cavalcante

CEP: 60.810-700

Fortaleza – CE

Nesta

DOCUMENTO: EXTRATO DE CONTRATO Nº064/2019

Prezada Senhora,

Estamos encaminhando a Vossa Senhoria, anexo, 01 via do documento acima epigrafado, e sua publicação no DOE, para registro e arquivo nessa empresa.

Atenciosamente,

MARIANA JUSTA FURTADO MAIA

COORDENADORA DA ASSESSORIA JURÍDICA – SAP

Anexo I – Análise de Aditivo Contratual – Repactuação
 Processos Nº 09654873/2019
 Órgão: Secretaria da Administração Penitenciária – SAP
 Contratada: CERTA Serviços Empresariais e Representações EIRELI
 Contrato nº 064/2019

Planimia DEV																				
CATEGORIAS	CBO	QTD.	SALARIO BASE	PERICUL.	INSALUB.	ADICIONAL NOTURNO	HORA NOT. REDUZIDA	ENCARGO S SOCIAIS	CAPITAL		VA	CB	VT	PS	FARDA	TX ADM.	TRIBUTO	MONT. B	A + B	TOTAL
									MONT. A	INTRA-OR RADA (1H)										
Médico	2251-25	8	5.095,72	1.769,72				5.251,67	12.918,11									1.825,62	1.722,49	14.639,60
Enfermeiro	2235-05	5	2.348,00	703,80				2.089,72	5.139,52				17,64					728,04	705,56	5.845,08
Técnico de Enfermagem (12x36)	3222-05	33	1.174,46	352,34		145,74	199,65	1.255,42	3.097,61	171,06			72,77		10,00		472,64	701,77	3.789,38	
Técnico de Enfermagem	3222-05	8	1.174,46	352,34				1.046,16	2.572,86				87,93		10,00			377,67	456,02	18.167,89
Curativo Dentista Clínico Geral	2232-08	7	4.458,71	1.337,61				3.871,64	8.787,96				87,93		10,00			377,67	455,02	6.055,96
Técnico em Saúde Bucal	3224-15	2	1.174,46	352,34				1.046,16	2.572,86									377,67	455,02	6.055,96
Terapeuta Ocupacional	2239-05	1	2.858,00	858,80				2.544,01	6.258,81				33,50					648,94	5.202,87	7.091,22
Psicólogo	2515-10	10	2.080,00	624,00				1.852,78	4.558,78				33,50					648,94	5.202,87	82.028,70
Assistente Administrativo II	2344-10	1	3.485,75	1.045,73				3.104,97	7.638,45		409,46	70,00						1.152,76	1.605,85	9.242,30
Assistente Social	2515-05	11	2.250,00	675,00				2.004,21	4.828,21				23,40					700,13	684,10	61.746,41
REGIÃO METROPOLITANA (AQUINARA)																				
Médico	2251-25	13	5.095,72	1.769,72				5.251,67	12.918,11				17,64					1.825,62	1.469,24	14.382,35
Enfermeiro	2235-05	3	2.348,00	703,80				2.089,72	5.139,52				17,64					728,04	603,23	5.742,75
Técnico de Enfermagem (12x36)	3222-05	8	1.174,46	352,34		145,74	199,65	1.255,42	3.097,61	171,06			72,77		10,00			488,02	3.723,04	22.338,24
Curativo Dentista Clínico Geral	2232-08	2	4.458,71	1.337,61				3.871,64	8.787,96				87,93		10,00			324,68	402,01	2.874,87
Técnico em Saúde Bucal	3224-15	1	1.174,46	352,34				1.046,16	2.572,86									751,61	8.887,20	13.774,40
Farmacêutico	2234-05	2	2.823,25	846,88				2.514,64	6.185,07									737,46	6.757,55	6.757,55
Nutricionista	2237-10	1	2.270,11	631,03				2.467,50	6.098,64									488,48	516,01	4.821,71
Técnico em Radiologia	3251-15	2	1.174,46	352,34		678,60		1.046,16	2.572,86				87,93		10,00			750,33	4.974,09	13.834,18
Técnico em Farmácia	2239-05	2	2.056,00	656,80				2.544,01	6.258,81				33,50					555,01	5.111,79	30.447,18
Fisioterapeuta	2515-10	4	2.080,00	624,00				1.852,78	4.558,78				33,50					555,01	5.111,79	30.447,18
Psicólogo	2515-05	4	2.250,00	675,00				2.004,21	4.828,21				23,40					891,66	688,83	5.815,04
Assistente Social	2515-05	4	2.250,00	675,00				2.004,21	4.828,21				23,40					891,66	688,83	5.815,04
TOTAL		126																		846.443,01
Provisionamento 3,19% =																				
27.001,53																				
873.444,54																				

Obs: 1: Houve reajuste de salário base conforme Convenção Coletiva 2019/2020 do Assistentes Sociais (CEN01053/2019)

PLANILHA ATUAL (Mensal) =	R\$ 868.724,76
PLANILHA DEVIDA (Mensal) =	R\$ 873.444,54

Raimundo Moreira Rodrigues Silva
 Coordenadora de Gestão de Terceirização
 COSET / SEPLAG

✍

